INFORMATIVO VIRTUAL DO SINDADOS
TOQUES&DADOS
26 DE NOVEMBRO DE 2026

LULA ASSINA DECRETO E 5X2 COM 42H SEM REDUÇÃO SALARIAL PASSAM A VALER DIA 16/12



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto 13.173/26, no último dia 19 de novembro, e a escala 5x2 com jornada de 42h semanais entrarão em vigor no dia 16 de dezembro de 2026. Alguns dias depois, no dia 23 de novembro, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou a Portaria nº 2.041/26, complementando o decreto com as regras operacionais para empresas, trabalhadores e fiscalização.

O decreto presidencial evidencia que as duas folgas devem ser na mesma semana, sem redução salarial. Não há obrigação de serem folgas em dias seguidos, a não ser que a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria e/ou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) prevejam. A portaria do MTE, por sua vez, acrescentou que cada folga deve ter 24 horas consecutivas (além do intervalo entre jornadas) e manteve a obrigação de rodízio aos domingos (a cada duas semanas para mulheres, a cada três no comércio e a cada quatro nas demais atividades).

12x36 e 36h

Para quem trabalha em turno de 6h por dia, o decreto garante a manutenção das duas folgas semanais e 6h por dia. Exceção feita às disposições diversas na CCT ou no ACT, desde que respeitem os limites de 42h e 5x2.

Para quem trabalha 12x36, haverá compensação de horas ou pagamento de hora-extra se exceder as 42h, de acordo com o ACT ou CCT da categoria. Na portaria publicada pelo MTE, ficou determinado que, mediante acordo coletivo, é possível compensar folgas pela média mensal, desde que o trabalhador não atue por mais de seis dias seguidos.

Jornada diária de 8h24min

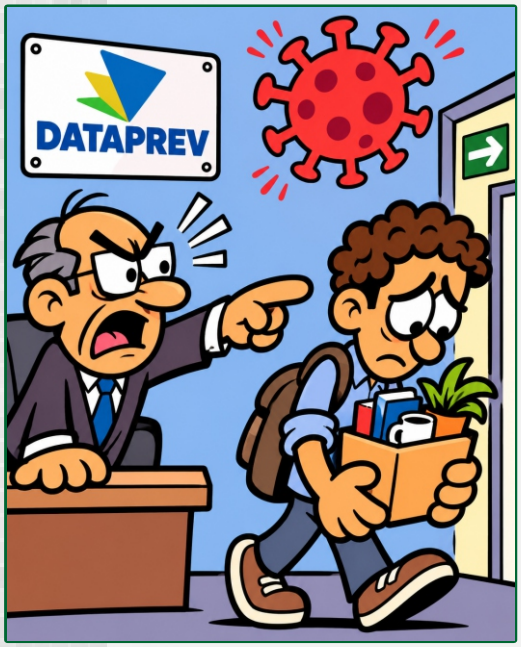
O Supremo Tribunal Federal (STF) deixou em aberto a possibilidade de uma jornada diária de até 8h24min, caso a categoria não tenha acordo coletivo para uma jornada menor que garanta os dois dias de descanso semanal. A Portaria nº 2.041/26 do MTE confirmou e regulamentou essa possibilidade,

autorizando a distribuição das 42h em cinco jornadas de até 8h24min sem que os 24 minutos extras diários gerem pagamento de hora extra. Entretanto, o STF deixou claro que a jornada semanal máxima de 42h e a escala 5x2 não estão em debate e serão implementadas no dia 16 de dezembro de 2026.

Reação dos empresários

A medida enfrenta forte resistência do empresariado. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) chegou a acionar o Supremo Tribunal Federal (STF), no último dia 24/11, pedindo a suspensão imediata do decreto presidencial e da portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamentam o fim da escala 6x1. Essa já é a segunda tentativa da CNI junto ao STF buscando impedir o fim da jornada 6X1.
Enquanto a ação aguarda julgamento, a portaria do MTE previu um período de 90 dias de fiscalização orientativa (dupla visita) antes da aplicação de multas às empresas na fase inicial de adaptação.

SINDADOS/MG SEGUE NA DEFESA DOS TRABALHADORES DA DATAPREV DEMITIDOS NA PANDEMIA



Há cinco anos, o SINDADOS/MG tem como uma de suas principais bandeiras de luta a anistia dos trabalhadores da DATAPREV demitidos pelo governo Bolsonaro, em plena crise sanitária da COVID-19.

No dia 24/11/2026, estivemos em reunião na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para debater o PL 2370/2024, que prevê a reintegração e a recontratação dos trabalhadores da DATAPREV, demitidos durante a tentativa de privatização da Empresa, que culminou no fechamento de 20 unidades, em 2020.

A reunião foi convocada pelo gabinete do deputado federal Paulo Guedes, que organizou um debate técnico entre representantes do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), o coletivo dos trabalhadores demitidos, que integra o Movimento pela Anistia (DATAPREV), e representantes sindicais de Minas Gerais, Bahia e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares (Fenadados). Também participaram as Assessorias dos deputados federais Paulo Guedes e Lindbergh Farias, além de representante da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), que acompanha as pautas legislativas no Congresso Nacional.

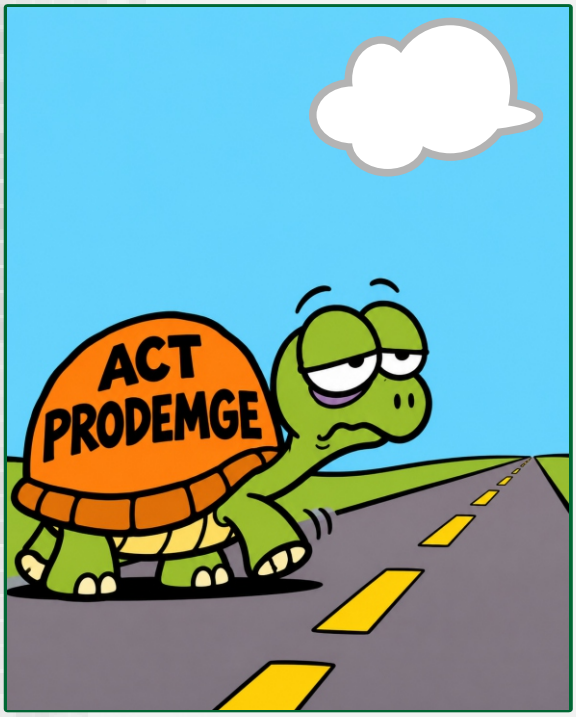
O SINDADOS/MG vem atuando nessa luta em conjunto com os trabalhadores da Associação dos Ex-Empregados do Sistema Petrobras, BR e Liquigás (AEXS) e da Federação Única dos Petroleiros (FUP), também contemplados pelo PL 2370/2024. Estiveram presentes ainda representantes patronais da Petrobras.

O Movimento pela Anistia DTPV registra a ausência da direção da Dataprev, que mais uma vez se nega a debater com os trabalhadores. É nítido a falta de diálogo e, minimamente, ações que aproximem essa empresa estatal da classe trabalhadora.

O SINDADOS/MG, junto com os demais representantes sindicais e trabalhadores, realizou também uma agenda política e de articulação no gabinete do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, deputado Carlos Veras, autor do PL 2370/2024, reforçando a aliança construída ao longo dessa caminhada.

Seguimos firmes na luta pela anistia e reintegração dos demitidos(as) da DATAPREV!

ACT DA PRODEMGE NÃO AVANÇA



No último dia 17/11, os trabalhadores da Prodemge realizaram assembleia geral e rejeitaram a proposta apresentada pela Empresa, decidindo pela continuidade das negociações.

Na primeira mesa de negociação, realizada antes das eleições, a Prodemge sinalizou que atenderia à maioria das reivindicações. Entretanto, na segunda reunião, após as eleições, recuou totalmente, manifestando a intenção de conceder apenas os índices já contemplados na CCT.

A indignação dos trabalhadores foi evidente e compartilhada pelos seus representantes. A Empresa chegou a encaminhar uma redação completamente diferente daquela que havia sido discutida na mesa de negociação. Diante da manifestação do Sindados, que expressou discordância e apontou a falta de lealdade em relação ao que havia sido previamente tratado, a Empresa recuou. Contudo, não apresentou qualquer melhoria nos índices de reajuste nem ampliou a concessão de benefícios.

Diante desse cenário, a proposta da Prodemge foi rejeitada, e uma nova tentativa de negociação foi encaminhada, na expectativa de que a Empresa melhore sua proposta. Caso não haja avanços, a decisão dos trabalhadores foi aguardar a posse da nova gestão do Estado e da Empresa para dar continuidade às negociações.

Os trabalhadores também aprovaram estado de alerta para a realização de manifestações e paralisações, que poderão atingir, consequentemente, os serviços de TI do Estado.

Uma negociação breve, com apenas duas mesas, mas extremamente insatisfatória

Os representantes dos trabalhadores alertaram que não aceitariam uma negociação nos moldes dos anos anteriores, marcada pela protelação e pelo total desrespeito aos trabalhadores.

Os negociadores da Empresa se comprometeram a não protelar as negociações. E cumpriram a promessa: em apenas duas mesas, negaram todos os pleitos, sob a justificativa de que não haveria condições de conceder qualquer avanço durante a transição de governo.

Essa justificativa foi contestada pelo Sindados, uma vez que o próprio governador, por meio da Resolução COFIN nº 01/2026, concedeu tíquete com valor diário de R$ 100,00 para os servidores públicos civis do estado, enquanto a Prodemge não foi capaz de conceder sequer os R$ 60,00 reivindicados na pauta de reivindicações.

Nós, trabalhadores, não vivemos no “mundo da Disney” da Prodemge. Não temos a média salarial de R$ 9 mil e sabemos que não somos valorizados como a atual diretoria gosta de alardear. Tanto sabemos que quando o presidente da Empresa, Roberto Tostes, disse que tem empresas de tecnologia muito melhores que a Prodemge, nem nos surpreendeu, pois a Empresa nunca foi valorizada pelas últimas gestões, e seus trabalhadores sempre foram tratados com reajustes mínimos.

Estamos exaustos de tanto trabalhar, muitos de nós doentes. E a proposta para a atual negociação é ultrajante! A fala do presidente nos afrontou, diante do cenário de fantasia que foi pintado.

E mais esta:

Corre na “rádio peão” que o Diretor Tadeu está “mexendo os pauzinhos” para ser o próximo presidente da Prodemge, levando algumas pessoas com ele, claro. Será verdade? A rádio peão costuma saber das coisas. Mas a questão que nos interessa é: se a principal justificativa da Empresa para apresentar a proposta ridícula de ACT foi a transição de governo e de gestão, não deveria haver uma preocupação maior com a satisfação dos funcionários? Não deveria um atual/futuro pretendente a diretor começar com um clima melhor, no lugar de fechar as portas de uma negociação?

O recado não deixa dúvidas: ou respeitam os trabalhadores ou a Prodemge vai parar!

PANE DA MICROSOFT AFETA INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E MOSTRA URGÊNCIA DE SE TER SOBERANIA DIGITAL



No último dia 12 de novembro, uma quinta-feira, o ministro Edson Fachin, que acumula os cargos de presidente do Supremo Tribunal Federa (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atendeu a um pedido da OAB para suspender os prazos processuais nos dias 12 e 13 de novembro. O motivo: a pane nos programas online da Microsoft.

Microsoft Store, a IA Copilot, Teams, OneDrive, Microsoft Account e Azure foram comprometidos com a pane. Com isso, houve comprometimento de ferramentas essenciais de comunicação e trabalho utilizadas pelos órgãos do Poder Judiciário em todo o País.

O caso mostra como os serviços online de uma multinacional afetam instituições oficiais do Estado brasileiro. O Brasil não teve autonomia para seguir trabalhando devido à falha de uma multinacional.

A Empresa alegou uma falha geral, mas e se não fosse? Se, deliberadamente, uma empresa norte-americana quiser sabotar serviços essenciais de outros países como o Brasil? E se durasse semanas ou meses em vez de dias? E se afetasse serviços de saúde ou militares? Nossos dados poderiam/podem ser roubados?

A soberania digital é essencial para que possamos ter controle sobre nossos próprios serviços e nossos próprios dados. Sem que possamos ser sabotados por multinacionais que tenham interesse em travar atividades estratégicas do Brasil.

PARLAMENTARES QUE DEFENDEM BIG TECHS ADIAM VOTAÇÃO DE PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO ECONÔMICA



Parlamentares de cinco frentes ligadas à defesa do livre mercado, do empreendedorismo e da inovação manifestaram oposição ao Projeto de Lei (PL) 4.675/2025 (conhecido como PL dos Mercados Digitais), que amplia as atribuições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para regular a concorrência entre as Big Techs e conseguiram adiar a votação do PL, marcada para terça-feira, 17 de novembro.

O documento foi assinado pelas frentes parlamentares pelo Livre Mercado, pela Mulher Empreendedora, de Dados Abertos e Governo Digital, das Startups e do Empreendedorismo Inovador e do Ambiente de Negócios. Ao todo, são 396 deputados e 44 senadores membros dessas comissões.

Dentre os objetivos do PL dos Mercados Digitais está a ampliação da transparência sobre preços e critérios de exibição de produtos, permissão de transferência de dados e facilitação da integração de serviços concorrentes.

Frente parlamentar foi contra outros projetos do mundo digital

O PL 4.675/25 (concorrência no mercado digital) traz apenas uma regulamentação econômica das Big Techs, mas a atuação conjunta dos parlamentares aliados dessas corporações tem barrado todas as regulações que digam respeito a elas.

Nos últimos anos, esses parlamentares foram contra o PL 2630/2020 (conhecido como PL das Fake News), o PL 2338/2023 (regulação da inteligência artificial), o PL 2628/2022 (que deu origem ao Estatuto Digital da Criança e do Adolescente), o PL 896/2023 (que inclui os crimes praticados em razão de misoginia) e o REDATA (regime especial de tributação para serviços de data centers).

Quem são os parlamentares aliados das big techs

Saiba quem são os parlamentares que atuam em favor das big techs no Congresso Nacional.

Caroline de Toni (PL)
Bia Kicis (PL)
Marcel Van Hatten (NOVO)
Kim Kataguiri (Missão)
Gilson Marques (NOVO)
Gustavo Gayer (PL)
Adriana Ventura (NOVO)
Júlia Zanatta (PL)
Eduardo Girão (NOVO)

NOVA ESCALA 5X2: UMA CONQUISTA HISTÓRICA E OS IMPACTOS PARA A CATEGORIA DO SINDADOS/MG



Na categoria representada pelo SINDADOS/MG, a jornada máxima de 40 horas semanais já é uma realidade desde a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025, tendo sido uma importante conquista dos empregados, a qual, se mantém fortemente consolidada.

Já com a Emenda Constitucional nº 141/2026 (16 de outubro de 2026) e sua regulamentação pelo Decreto nº 13.173/2026, a escala 6x1 foi extinta no Brasil, estabelecendo o modelo padrão de cinco dias de trabalho por dois dias de descanso (5x2), redução gradual da jornada para 40 horas semanais e proibição de corte salarial, perfazendo um grande avanço em prol da classe trabalhadora brasileira em sua totalidade.

Já para os trabalhadores representados pelo SINDADOS/MG, a partir de 16 de dezembro de 2026, a jornada de 40 horas será mantida nos moldes atuais, contudo, a escala de trabalho não poderá ser maior do que cinco dias por semana, sendo garantidos também, dois dias de descanso semanal remunerado.

Caso alguma empresa não respeite o limite convencional de 40 horas semanais e, a partir de 16 de dezembro de 2026, não tenha somente cinco dias de trabalho semanais, com dois dias de descanso semanal remunerado (DSR), denuncie ao Sindados/MG, sendo certo, desde já, que o anonimato ficará garantido e o Sindicato poderá atuar contra eventuais ilegalidades cometidas pelos empregadores!

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	Ativas Data Center	0010425-52.2026.5.03.0136	27/11/2026	12:10	Videoconferência
Sindados MG	Syntax Tecnologia	0010752-87.2026.5.03.0106	15/12/2026	13:50	Videoconferência
Sindados MG	MUNDOMIDIA LTDA	0011087-08.2026.5.03.0074	16/12/2026	09:35	Videoconferência
Sindados MG	Versatec Tecnologia	0010998-49.2026.5.03.0182	21/01/2027	08:30	PRESENCIAL - 44ª VTBH
Sindados MG	EAC Engenharia (NERUS)	0010238-61.2022.5.03.0014	03/02/2027	14:00	Videoconferência
Sindados MG	PEERS Consultoria e Serviços	0010849-96.2026.5.03.0006	03/05/2027	09:40	PRESENCIAL - 6ª VTBH

TIRINHA DA SEMANA













FIM